



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
CONCURSO PÚBLICO**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

<i>Prédio</i>												<i>Sala</i>											
<i>Nome</i>																							
<i>Nº de Identidade</i>								<i>Órgão Expedidor</i>				<i>UF</i>				<i>Nº de Inscrição</i>							

ADVOGADO

ATENÇÃO

- *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, sendo 10 (dez) de Conhecimentos da Língua Portuguesa e 30 (trinta) de Conhecimentos Específicos.*
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

Texto 01 para as questões de 01 a 09.

CRÔNICA TRISTE

Todas as tardes, ela colocava sua cadeira em frente à casa. A rua ainda era de terra batida, sem os progressos de hoje em dia. As vizinhas, as crianças se juntavam para conversar sobre a vida na tarde de domingo. Televisão era bicho. O tempo não corria. As paisagens eram alegres.

Naquela cadeira, ela falava da vida. Dava conselho às comadres, contava anedotas engraçadas, ria e cantarolava. O vento agreste balançava seus cabelos. Uma brisa suave amenizava o calor. Logo à noitinha, ela se recolhia. E voltava em outro dia. O tempo seguiu, o progresso assumiu, e a senhora já não se sentava em frente à casa. O calor emanando do asfalto, a fumaça dos carros... a TV, o rádio, o computador... pessoas deprimidas reclamando medicamentos. Dor de cabeça, pensamentos. Colocaram grades nas janelas, cadeados, alarmes. A senhora sentada em frente à TV, sem o sabor das antigas conversas.

Um dia, de sua casa, um cortejo triste partia. A senhora partira. Os vizinhos choraram a perda. A cidade chorou a mudança. A vida simples partira, o tempo sequer espera. Tudo é tão veloz, qual a partida de uma boa vida, que viu a simplicidade engolida pelo alarido do descontrole.

A senhora era a vida simples que, de repente, foi embora. Não há tempo para a vida, nada, mundo afora. Uma lágrima cai incrementalmente, evapora no calor do desenvolvimento que me trouxe todos os mantimentos, mas fez falecer o prazer da vida.

Bem... sentei na praça, em frente à antiga casa da boa amiga que de tantas histórias preencheu a vida e descansa de seus dias de glória.

Escrevo as linhas tristes sob esse sabor que não volta.

NETO, José Batista de Souza. Disponível em <http://www.camocimpernambuco.com/2011>. Adaptado.

01. O autor faz referência a(à)

- A) alguém que, em sua jovialidade, reflete a beleza da vida.
- B) uma senhora de vida simples, transbordante de ensinamentos.
- C) vida simples do campo, à vida de muitas senhoras simples.
- D) uma realidade avançada em suas tecnologias, um universo pleno de progressos.
- E) cenários que enxergam somente horizontes estreitos, desprovidos de avanços tecnológicos.

02. Em uma das passagens do texto, o autor fala sobre a velocidade do tempo. Assinale a alternativa que contém essa passagem.

- A) “A vida simples partira, o tempo sequer espera.”
- B) “O tempo não corria.”
- C) “E voltava em outro dia.”
- D) “A senhora partira.”
- E) “Logo à noitinha, ela se recolhia.”

03. Assinale a alternativa que contém uma afirmativa em que o autor faz menção à região onde se desenrola esse cenário.

- A) “Uma brisa suave amenizava o calor”.
- B) “A senhora sentada em frente à TV sem o sabor das antigas conversas”.
- C) “Um dia, de sua casa, um cortejo triste partia”.
- D) “O vento agreste balançava seus cabelos”.
- E) “Televisão era bicho”.

04. Observe os itens abaixo:

- | | |
|------|--|
| I. | “Naquela cadeira, ela falava da vida.” |
| II. | “Todas as tardes, ela colocava sua cadeira em frente à casa.” |
| III. | “Colocaram grades nas janelas, cadeados, alarmes.” |
| IV. | “O tempo seguiu, o progresso assumiu, e a senhora já não se sentava em frente à casa.” |

Em relação à PONTUAÇÃO, assinale a alternativa CORRETA.

- A) No item I, a vírgula se justifica por separar orações coordenadas assindéticas.
- B) No item II, a vírgula isola termos explicativos.
- C) O emprego das vírgulas dos itens I e II obedecem à mesma regra de pontuação.
- D) No item III, as vírgulas poderiam ser substituídas por pontos-e-vírgulas.
- E) No item IV, a primeira vírgula é facultativa, e a segunda, obrigatória.

05. Em apenas uma das alternativas, está INCORRETA a justificativa para o emprego ou não da crase. Assinale-a.

- A) “Dava conselho às comadres, contava anedotas...” – a crase se justifica por existir a presença da preposição *a* e do artigo *as*.
- B) “Logo à noitinha, ela se recolhia.” – existe a crase por estar diante de locução adverbial feminina.

- C) “A senhora sentada em frente à TV sem o sabor...” – neste caso, a crase é facultativa.
 D) “...sentei na praça, em frente à antiga casa da boa amiga...” – craseia-se por estar diante de locução adverbial feminina.
 E) “A cidade chorou a mudança.” – neste caso, só existe a presença do artigo a, daí não haver crase.

06. No tocante à CONCORDÂNCIA VERBAL, analise as proposições abaixo:

- I. “Um dia, de sua casa, um cortejo triste partia.”
 II. “A senhora era a vida simples que de repente foi embora.”
 III. “Não há tempo para a vida.”
 IV. “...à antiga casa da boa amiga que de tantas histórias preencheu a vida.”

Está CORRETA a justificativa indicada na alternativa

- A) No item I, o verbo concorda com o seu sujeito, *um dia*.
 B) No item II, a forma verbal *era* concorda com o sujeito *vida simples*.
 C) O verbo do item III concorda com o sujeito, *tempo*.
 D) O sujeito do verbo do item IV é simples, *antiga casa da boa amiga*.
 E) No item I, o sujeito é simples, *um cortejo triste*, razão por que o verbo se encontra no singular, concordando com ele.

07. Assinale a alternativa cujo verbo sublinhado exige, ao mesmo tempo, um complemento regido de preposição e o outro sem ser regido de preposição.

- A) “Naquela cadeira, ela falava da vida”.
 B) “Dava conselho às comadres”.
 C) “...sentei na praça, em frente à antiga casa da boa amiga”.
 D) “...mas fez falecer o prazer da vida”.
 E) “O vento agreste balançava seus cabelos”.

08. Em relação à SINTAXE DE COLOCAÇÃO, observe os itens abaixo:

- I. “Logo à noitinha, ela se recolhia”.
 II. “...e a senhora já não se sentava em frente à casa”.
 III. “...evapora no calor do desenvolvimento que me trouxe todos os mantimentos...”
 IV. “As vizinhas, as crianças se juntavam para conversar...”

O pronome oblíquo poderá ficar indiferentemente proclítico ou enclítico ao verbo no(s) item(ns)

- A) I e III. B) II e IV. C) II e III. D) I e IV. E) I, II e III.

09. Em “O vento agreste balançava seus cabelos”, tem-se uma figura de linguagem denominada

- A) Sinestesia. B) Pleonasma. C) Metáfora. D) Perífrase. E) Polissíndeto.

10. Assinale a alternativa que contém um termo cujo acento é considerado ERRO pela atual reforma ortográfica.

- A) “Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar.” (William Shakespeare)
 B) “O ódio segura, para que o outro não seja feliz. O ódio gruda mais que amor. Porque o amor deixa o outro voar...” (Rubens Alves)
 C) “A filosofia de um século é o senso comum do próximo” (Autor desconhecido)
 D) “Aquele que faz e promove o bem cultiva o seu próprio êxito” (Provérbio chinês)
 E) “A única maneira de ter amigos é ser amigo”. (R. Waldo)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Faça a análise dos itens abaixo a respeito do tema “Jurisdição” à luz do Código de Processo Civil.

- I. Jurisdição é o poder de dar início a um processo e dele participar, com o intuito de obter do Poder Judiciário uma resposta ao pleito formulado.
 II. A função jurisdicional se movimenta de ofício e, também, por provocação dos interessados.
 III. A ausência de investidura no cargo de juiz implica óbice intransponível para o exercício da jurisdição, pressuposto processual da própria existência do processo.
 IV. O Supremo Tribunal de Justiça tem jurisdição em todo o território nacional.
 V. A jurisdição pode ser contenciosa ou voluntária. Na primeira, a parte busca obter uma determinação judicial, que obrigue a parte contrária, ao passo que, na segunda, o juiz toma determinadas providências que são necessárias à proteção de um ou de ambos os sujeitos da relação processual.

Assinale a alternativa que contém o número de assertivas CORRETAS.

- A) Uma. B) Duas. C) Três. D) Quatro. E) Cinco.

12. No Direito Processual Civil, “Processo” é o instrumento da jurisdição, por meio do qual o Poder Público poderá dar resposta ao pleito solicitado. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O processo é um instrumento concreto e se confunde com os autos.
- B) O juiz, antes de emitir a resposta de mérito, precisa examinar se foram preenchidos os requisitos processuais, ou seja, se o processo teve um desenvolvimento válido e regular. Em caso negativo, deve determinar que o vício seja sempre sanado.
- C) A falta de condições da ação ou dos pressupostos processuais poderá ser conhecida de ofício, em todos os casos.
- D) O ato processual praticado por quem não tem capacidade postulatória será havido por inexistente.
- E) A massa falida, a herança jacente ou vacante, o espólio, dentre outros, tem capacidade de ser parte, de estar em juízo e postular, desde que haja previsão legal.

13. No tema “Os Sujeitos do Processo,” as partes têm deveres determinados pelo Código de Processo Civil, dentre eles, a sucumbência, que significa condenação do vencido

- A) em multa, juros e honorários advocatícios.
- B) ao pagamento de honorários advocatícios.
- C) por perdas e danos.
- D) de cláusulas contratuais não cumpridas.
- E) ao pagamento de todas as despesas processuais.

14. Os atos processuais são conceituados como aqueles atos humanos realizados no processo. Os atos do juiz, considerados provimentos judiciais, são

- A) sentença, inspeção judicial e decisão interlocutória.
- B) decisão interlocutória, despachos de mero expediente e sentença.
- C) colheitas de depoimentos, inspeção judicial e interrogatório das partes.
- D) decisão interlocutória, interrogatório das partes e despachos.
- E) interrogatório das partes, despacho de mero expediente e colheita de provas.

15. Assinale a alternativa CORRETA a respeito da execução civil.

- A) A execução específica é aquela em que se busca a satisfação da pretensão do autor, tal como estatuída no título executivo. Para a obtenção da tutela específica, o juiz pode valer-se dos instrumentos de sub-rogação e de coerção, salvo se a obrigação for personalíssima, caso em que a sub-rogação se inviabiliza.
- B) Toda a execução há de estar fundada em título executivo e deverá ser sempre judicial.
- C) Toda execução é definitiva, mesmo quando fundada em decisão judicial não transitada em julgado.
- D) Dentre os princípios da execução cível, está o princípio da patrimonialidade, no qual a execução recai sobre a pessoa e os bens do devedor.
- E) Os títulos executivos devem ser criados por lei.

16. Assinale a alternativa CORRETA referente ao Direito Constitucional Brasileiro.

- A) A imutabilidade relativa constitui, dentre outras, uma das prerrogativas da Constituição atual. Significa que a Constituição exige para a sua reformulação um procedimento normativo mais brando que as demais normas, com um quorum de maioria simples utilizado para alterá-la.
- B) A Constituição promulgada é aquela originada de uma decisão política autoritária, pela vontade do governo, sem se importar com a vontade do povo.
- C) O Poder Constituinte Derivado, também chamado de poder reformador, é limitado, porque deve se ater aos conteúdos da *Lex Mater* e não pode modificar as cláusulas pétreas.
- D) Acabar com a desigualdade social constitui uma norma constitucional de eficácia plena.
- E) A concessão de asilo político constitui um princípio constitucional internacional. É uma prerrogativa que não depende de ato discricionário do governo.

17. Faça a análise das assertivas abaixo a respeito dos Direitos Individuais previstos na atual Constituição.

- I. O princípio da isonomia dispõe que todos são legalmente iguais, significando que a lei não poderá criar diferenciações onde a realidade fática não criou.
- II. O princípio da liberdade de locomoção possibilita, apenas, a circulação dos cidadãos no território nacional, exceto dos seus bens.
- III. O princípio da liberdade de pensamento ampara, também, o direito de opinião, ou seja, o direito de os cidadãos se posicionarem acerca de determinado assunto.
- IV. É livre e sem restrições o direito a informações mantidas pelos órgãos públicos a qualquer cidadão.
- V. A inviolabilidade de domicílio é um direito constitucional garantido ao cidadão, exceto em caso de ordem judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.

Assinale a alternativa que contém o número de assertivas CORRETAS.

- A) Uma.
- B) Duas.
- C) Três.
- D) Quatro.
- E) Cinco.

18. Sobre o Mandado de Injunção, é CORRETO afirmar que

- A) é um remédio constitucional cabível contra a ausência de eficácia dos postulados constitucionais de eficácia ilimitada.
- B) a norma passível de regulamentação tem de ter caráter específico, concreto e pessoal.

- C) deve ser endereçado a qualquer órgão público ou privado.
 D) caberá o Mandado para as normas de eficácia plena.
 E) compete ao Superior Tribunal de Justiça a apreciação do Mandado de Injunção quando a regulamentação for de competência do órgão de entidade federal, da administração direta e indireta, com exceção da competência da Justiça do Trabalho, Militar ou Eleitoral.

19. A respeito das determinações constitucionais dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os Municípios organizam-se por meio de Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal.
 B) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.
 C) O julgamento do Prefeito, nos crimes de responsabilidade, será realizado perante o Superior Tribunal de Justiça.
 D) O Município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno, autônoma e soberana nos termos das regras estabelecidas pela CF/88.
 E) Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

20. A possibilidade de brasileiros, desde que preenchidas as condições de elegibilidade, terem acesso aos cargos de representação popular, é exemplo do princípio constitucional da

- A) Impessoalidade. B) Eficiência. C) Moralidade. D) Eficácia. E) Publicidade.

21. Correlacione as colunas.

Coluna I

1. Suspensão.
 2. Extinção.
 3. Exclusão.

Coluna II

- () Isenção
 () Pagamento
 () Moratória
 () Conversão do depósito em renda
 () Concessão de medida liminar ou tutela antecipada
 () Depósito do seu montante integral

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) 3,2,1,2,1,1. B) 2,2,1,1,2,2. C) 3,1,2,2,1,1. D) 2,1,2,1,2,1. E) 1,2,3,2,2,1.

22. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, EXCETO

- A) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
 B) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
 C) o síndico, pelos tributos devidos pela massa falida.
 D) o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha.
 E) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

23. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, EXCETO

- A) a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
 B) a origem e a natureza do crédito.
 C) a multa.
 D) o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
 E) a indicação do livro e da folha de inscrição.

24. Dirceu, casado, com dois filhos, empregado de uma multiconsultoria, recebeu pelo correio o carnê para pagamento do seu IPTU com prazo até 30/03/2011. Como ele é muito distraído, e seus meninos tomam todo o seu tempo, ele pagou o carnê em 15/05/2011, o que incorreu em multa pelo atraso. Com isso,

- A) a multa pelo atraso é obrigação acessória.
 B) o Dirceu é o sujeito ativo da obrigação principal.
 C) ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação, visto que o IPTU é referente a 01 ano completo.
 D) o fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 E) o pagamento do IPTU se constitui em uma obrigação principal.

25. Faça a análise dos itens abaixo a respeito do tema “Bens Públicos” no Direito Administrativo Brasileiro.

- I. As estradas rodoviárias são consideradas pelo direito administrativo bens públicos de uso especial, quando cobrado pedágio pelo seu uso.
- II. Os bens públicos, considerados dominicais, são todos aqueles que têm como objeto o direito pessoal ou real de cada uma das entidades de direito público.
- III. Os bens públicos, seja qual for sua natureza, são absolutamente imprescritíveis.
- IV. Os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial são suscetíveis de alienação, desde que aprovados pela autoridade competente.
- V. A desativação de um prédio público implica a sua afetação.

Assinale a alternativa que contém o número de assertivas CORRETAS.

- A) Uma. B) Duas. C) Três. D) Quatro. E) Cinco.

26. A Limitação Administrativa é um dos modos de intervenção do Estado na propriedade privada. Assinale a alternativa CORRETA quanto a sua conceituação.

- A) Modalidade de intervenção na propriedade por meio da qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural do Brasil.
- B) É o procedimento de direito público pelo qual o poder público transfere para si bens de terceiros, de forma compulsória, mediante pagamento.
- C) É uma restrição geral e gratuita, imposta indeterminadamente às propriedades particulares em benefício da coletividade.
- D) É um ônus real sobre determinada e específica propriedade privada, mediante indenização pelo poder público, para propiciar a execução de algum serviço público.
- E) É ônus real, de uso imposto pela Administração à propriedade particular, para assegurar a realização e a conservação de obras e serviços públicos, mediante indenização ao proprietário.

27. Correlacione as colunas abaixo a respeito do tema “Licitação”.

Coluna I	Coluna II
1. Licitação dispensada	() Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
2. Licitação dispensável	() Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional nos casos determinados por lei.
3. Inexigibilidade	() Na contratação de artistas consagrados pelo público. () Na investidura. () Na dação em pagamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A) 2,2,3,1 e 1. B) 3,2,3,1 e 2. C) 2,3,1,2 e 2. D) 3,1,3,2 e 3. E) 1,2,3,3 e 1.

28. A respeito do Contrato Administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As cláusulas, ditas exorbitantes, presentes nos contratos administrativos, asseguram à Administração Pública posição de igualdade em relação ao contratado, permitindo que ambas as partes do contrato possam rescindir, modificar e fiscalizar o contrato.
- B) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras de 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, de 50% para os seus acréscimos.
- C) Na rescisão unilateral do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, será o contratado ressarcido dos prejuízos comprovados, tendo, ainda, dentre outros, direito à devolução de garantias.
- D) Na aplicação de sanção por descumprimento contratual do contratado, a Administração não tem o poder de executar-lhe diretamente, necessitando da intervenção judicial.
- E) Em situações excepcionais determinadas por lei, é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado.

29. Sobre o tema “Do Direito das Obrigações”, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- B) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, acrescidos de honorários advocatícios.
- C) Pelo inadimplemento das obrigações, respondem os bens patrimoniais do devedor.
- D) O devedor responde, sempre, pelos prejuízos resultantes de caso fortuito e força maior.
- E) Nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente a partir do dia em que não executou o ato pactuado.

30. Assinale a alternativa CORRETA quanto aos institutos da capacidade e da personalidade nos termos do Código Civil Brasileiro.

- A) A capacidade de fato ou de exercício, representada pela aptidão para alguém exercer por si só os atos da vida civil, sem precisar de assistente ou representante, começa aos 16 anos.
- B) Uma pessoa com perda de memória transitória, não podendo expressar sua vontade, é considerada relativamente incapaz, necessitando de um representante para a prática dos atos da vida civil.
- C) O pródigo é considerado relativamente incapaz para exercer qualquer ato da vida civil, necessitando da assistência de um curador.
- D) Cessará para os menores a incapacidade, dentre outros, pelo casamento e pelo exercício de emprego público, mesmo que temporário.
- E) O nascituro no Brasil não é civilmente considerado pessoa, visto que ainda não nasceu e, por isso, não possui capacidade, embora possa agir por curador especial, ficando tudo o que for praticado em seu nome sujeito à condição suspensiva, sendo tal condição o próprio nascimento com vida.

31. Sobre a vigência da Lei no Brasil, nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A lei começa a vigorar em todo o País trinta dias depois de oficialmente publicada, salvo disposição legal expressa.
- B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- C) A lei terá vigor, até que outra a modifique ou revogue.
- D) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- E) Em nenhuma hipótese, a lei revogada poderá ser restaurada, por ter a lei revogadora perdido a vigência.

32. O Código Civil, no Título V, reservado aos contratos em geral, conceitua as mais diversas classificações sobre os contratos. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) No contrato de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito, resultante da natureza do negócio.
- B) O contrato de adesão é o único contrato no qual constam cláusulas que não respeitem os limites da função social do contrato.
- C) Nos contratos aleatórios, o lucro ou o prejuízo é variável, e, por esse motivo, o contrato não estará perfeito e acabado.
- D) O contrato preliminar deverá conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- E) No contrato de compra e venda, ele será considerado obrigatório e perfeito, no momento em que as partes acordarem no objeto, no preço, nas condições e no prazo.

33. Considera-se possuidor todo aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Pela perda ou deterioração da coisa,

- I. o possuidor de boa-fé responde, se tiver dado causa.
- II. o possuidor de má-fé responde, se tiver dado causa e se ocorreram acidentalmente.
- III. quando acidentais, o possuidor de má-fé não responde, se provar que ocorreram da mesma forma na posse do reivindicante.
- IV. o possuidor de má-fé não responde, se acidentais, pois não agiu com culpa para tais eventos.
- V. o possuidor de boa-fé não responde, se for o causador, pois exerceu sobre a coisa o poder de uso e gozo.

Assinale a alternativa que contém o número CORRETO de assertivas.

- A) Uma.
- B) Duas.
- C) Três.
- D) Quatro.
- E) Cinco.

34. Sobre o contrato individual de trabalho, a CLT determina que

- A) o empregador deverá exigir, para fins de contratação, a comprovação de experiência por mais de 3 meses, desde que em outra atividade.
- B) poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, sempre por prazo determinado.
- C) o contrato de experiência não poderá exceder de cento e vinte dias.
- D) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- E) os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

35. Sobre o tema “salário e remuneração”, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O atraso no pagamento dos salários dará direito ao empregado de aplicar justa causa ao empregador.
- B) O princípio do Direito do Trabalho que prevê a proteção dos salários contra descontos não previstos em lei é conceituado como Princípio da Unidade Conceitual.
- C) O valor do piso salarial determinado em norma coletiva é denominado de salário-base.
- D) No Direito do Trabalho, o período de sustação das cláusulas do contrato de trabalho, sem que haja pagamento total ou parcial dos salários, é chamado de paralisação.
- E) Está incluída, no salário do empregado, a ajuda de custo assim como as diárias para viagens que excedam até trinta por cento do salário percebido.

36. Sobre o Processo do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A confissão pode ser real ou ficta.
- B) A revelia é uma pena que não impede a posterior produção de provas pela reclamada.
- C) Sempre que houver acordo na Justiça do Trabalho, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- D) A conciliação é um objetivo a ser perseguido por todo o Poder Judiciário, sendo cabível na Justiça do Trabalho a qualquer momento.
- E) É obrigatória a representação do empregado por advogado na Justiça do Trabalho.

37. De acordo com o Código de Processo Civil, o réu é citado para defender-se, mas a lei processual reserva numerosas condutas que podem ser consideradas formas de resposta. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A contestação é a peça de defesa por excelência do réu, por meio da qual ele pode se contrapor ao pedido inicial. Nela se concentrarão todos os argumentos de resistência à pretensão formulada pelo autor, salvo aqueles que devem ser objeto de incidente próprio.
- B) Na reconvenção, o réu pode postular que o juiz se pronuncie, em caráter definitivo, sobre alguma questão prejudicial tornada controvertida.
- C) Na ação declaratória incidental, pode o réu não se limitar a defender-se e contra-atacar por meio de uma ação incidente autônoma, em que dirige pretensões contra o autor.
- D) O réu pode suscitar incidentes destinados a discutir a competência do juízo ou a imparcialidade do juiz, denominando-se a isso de intervenção de terceiros.
- E) Na reconvenção, o juiz terá que decidir não apenas o pedido formulado pelo autor mas também os apresentados pelo réu. É a medida própria do processo de conhecimento, de execução e cautelares.

38. Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, é CORRETO afirmar que

- A) um tributo não pode ser utilizado com efeito de confisco, exceto em situações de calamidade pública e de guerra declarada.
- B) a majoração de uma alíquota tributária deve estar expressamente prevista em lei, todavia a própria constituição prevê casos em que esse princípio pode ser excepcionado.
- C) a isonomia constitui, dentre outros, limitação ao poder de tributar, vedando o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Assim, não se permite a distinção, para fins tributários, entre empresas comerciais e prestadoras de serviço bem como entre diferentes ramos da economia.
- D) é permitido aos estados estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de seu destino.
- E) é vedado aos órgãos públicos instituir impostos sobre o patrimônio dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores, à exceção das instituições de educação com ou sem fim lucrativo.

39. A Constituição Federal sistematizou os direitos políticos, entendidos como a possibilidade de o cidadão participar do governo, ajudando na criação da ordem jurídica do País. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo:

- I. O alistamento eleitoral é a capacidade para o exercício do voto e configura-se obrigatório para os maiores de 18 anos. A facultatividade abrange os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito.
- II. O pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral e a idade mínima dependendo do cargo constituem, dentre outros, condições de elegibilidade que devem ser demonstradas quando do registro da candidatura.
- III. São inalistáveis, os estrangeiros e os conscritos.
- IV. A idade mínima para o exercício do cargo público de vereador é de 21 anos.
- V. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Assinale a alternativa que contém o número CORRETO de assertivas.

- A) Uma.
- B) Duas.
- C) Três.
- D) Quatro.
- E) Cinco.

40. A CLT determina que todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias sem prejuízo da remuneração. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É permitido descontar do período de férias as faltas do empregado ao serviço.
- B) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de trinta dias subsequentes à sua saída.
- C) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Somente em casos excepcionais, serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a dez dias corridos.
- D) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado e do empregador.
- E) Em nenhuma hipótese, o empregado, durante as férias, poderá prestar serviço a outro empregador.